



CIÊNCIA
ABERTA





CIÊNCIA ABERTA

Ciência Aberta: desafios e oportunidades

04 julho | Ciência 2016

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

AVALIAÇÃO CIENTÍFICA NA POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA ABERTA

**LÍGIA RIBEIRO, MARIA MANUEL BORGES,
ANA SANCHEZ, DIANA SILVA, NUNO LIMA**

GRUPO DE TRABALHO GT-PNCA.EVA

- Lígia Maria Ribeiro
Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Coordenadora.
- Maria Manuel Borges
Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Relatora.
- Ana Sanchez
Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Diana Silva
Escola Superior de Tecnologia da Saúde, Instituto Politécnico do Porto.
- Nuno Lima
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

OBJETIVO

Propor recomendações para a integração das práticas de Ciência Aberta nos modelos de avaliação científica em Portugal.

- Níveis
 - Micro (docentes, investigadores, grupos de investigação), meso (instituições de ensino superior, instituições de I&D) e macro (País).
- Propósitos
 - Financiamento, contratação, promoção, melhoria de qualidade, ampliação da translação e produção de conhecimento científico para e com a sociedade e as empresas.
- Análise dos processos de avaliação científica vigentes.
- Identificação de boas práticas de Ciência Aberta.
- Identificação de dificuldades para garantir o acesso aberto aos resultados de investigação e sua reutilização de acordo com os princípios FAIR (*findable, accessible, interoperable, re-usable*).

TRABALHO REALIZADO

- A avaliação da Ciência
 - Limites de utilização de indicadores exclusivamente quantitativos;
 - Declaração de São Francisco (DORA) e o manifesto de Leiden;
 - Emergência de métricas complementares (*altmetrics*);
 - REF2014 – Research Excellence Framework (*The Metric Tide*).
- A avaliação em Portugal
 - Pessoas, projetos e centros de I&D pela FCT;
 - Avaliação de desempenho docente nas IES;
 - Avaliação/acreditação de ciclos de estudo pela A3ES.
- Instrumentos de suporte à avaliação
 - CRIS/IR, PT-CRIS;
 - Custos de processamento de publicações (CPP /APC).
- Plano de trabalhos.

O QUE CONCLUÍMOS?

- Quase inexistência de integração de práticas de CA na avaliação científica em Portugal
 - Falta de alinhamento entre processos de avaliação e políticas de acesso aberto.
- Fase de transição
 - A valorização do acesso aberto na avaliação deve ser gradual e permitir a adaptação da comunidade.
- CRIS/IR interoperáveis
 - Base para o desenvolvimento de ecossistemas para a gestão de Ciência, como é o caso do desenvolvimento do PT-CRIS.
- A implementação de uma verdadeira Ciência Aberta só poderá fazer-se pelo envolvimento de todas as partes interessadas, com particular destaque para a comunidade científica.

PLANO DE TRABALHOS

ENVOLVIMENTO DE OUTROS STAKEHOLDERS	
Alinhamento de políticas de AA aos distintos níveis: instituições, FCT, H2020, envolvendo distintos atores (CRUP e CCISP, entre outros).	Perspetivar linhas orientadoras que potenciem um alinhamento entre a regulamentação de avaliação docente, as políticas de acesso aberto das instituições, a política de AA da FCT, as orientações de financiamento de projetos e publicações do Programa H2020, mediante uma discussão alargada entre os vários agentes envolvidos, nomeadamente CRUP e CCISP.
Valorização da CA nos ciclos de estudos (Portugal, Espanha, França e Reino Unido)	<ul style="list-style-type: none"> - Inquirição aos, ou debate com, os agentes envolvidos na avaliação e acreditação dos ciclos de estudos (A3ES, IES, peritos avaliadores) sobre em que medida têm incorporado o papel da CA na valorização da atividade científica apreciada nos processos, e sobre a definição de uma orientação que releve a promoção da CA enquanto critério aferidor da atividade científica desenvolvida no âmbito dos ciclos de estudos. - Análise exploratória dos restantes países elencados: Espanha, França e Reino Unido

Exemplo de ações propostas no 1.º Relatório Intermédio GT-PNCA.EVA.